

# Reforma agrária tem tudo a ver com segurança alimentar

Foto: Antônio Cruz/ABr



Brasília - A expositora, Aurilene Rodrigues Lourenço, de Palmas (TO), na Feira Nacional de Agricultura Familiar, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade .

## ASSUNTOS:

- ◆ ENTREVISTA COM DOM XAVIER de Gilles .....PAQ. 02
- ◆ CARTA ABERTA AOS GOVERNOS SOBRE A CRISE ALIMENTAR .....PAQ. 03
- ◆ OS CINCO MOTIVOS DA ALTA DE PREÇO DOS ALIMENTOS ..... PAQ. 03
- ◆ BIODIESEL TRAZ EXPECTATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL ..... PAQ. 04
- ◆ REDE DA MANDIOCA NO MARANHÃO ..... PAQ. 05
- ◆ *TRANSGÊNICOS: AS SEMENTES DO MAL.* Os impactos dos OGM .....PAQ. 06

# 'Não há reforma agrária no Brasil'

Dom XAVIER GILLES, 73 anos, é um inconformado. O bispo francês de Viana (MA) e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) esteve no Recife para visitar parentes e falou com o JC, em 21.04.2088.

Entre outras coisas, criticou o governo federal, a transposição do Rio São Francisco e até o clero conservador. E resumiu sua indignação: "Não há reforma agrária no Brasil".

## Como o senhor analisa a questão agrária no Brasil?

**Dom Xavier Gilles.** A questão não está resolvida por causa do eterno problema de que as águas correm para o mar. Os ricos querem cada vez ficar mais ricos, deixando os pobres cada vez mais pobres. O latifúndio continua, com outros disfarces, sob o nome de agronegócio, hidronegócio e assim por diante. O povo elegeu Lula e eu acredito que ele poderia ter feito uma reforma agrária. De qualquer maneira, a bancada ruralista não vai deixar nada parecido com uma verdadeira reforma agrária. Depois, vem todo o neoliberalismo, com os Estados Unidos por trás. E a força do dinheiro e o sistema capitalista destroem a natureza, os ecossistemas. A questão é lucro, lucro, lucro...

Arquivo CPT



não há vontade de se fazer uma reforma agrária. Os povos tradicionais - índios, quilombolas - não são respeitados. É o caso da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Já estava decidido. Agora, mandam Polícia Federal e tudo mais. Os ricos pedem e o Supremo Tribunal Federal suspende. Cá entre nós, sejamos honestos: a Justiça é muito mais rápida para os ricos do que para os pobres. Liminar concedendo reintegração de posse é rápida. Agora, quantos quilombolas tiveram suas terras reintegradas? Há um projeto de lei de um deputado de Mato Grosso que quer retirar da

Amazônia Legal os Estados de Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. A bancada ruralista está ganhando.

## O senhor é contra a transposição do São Francisco?

**Dom Xavier Gilles.** Sem dúvida nenhuma. Vai prejudicar muita gente. É um projeto faraônico que não vai solucionar os problemas. O governo reconhece. A maioria das águas vai para o agronegócio. Sou solidário à luta de dom Luiz Cappio. Mas o episcopado está dividido. A maioria dos bispos da região - Pernambuco, Paraíba e Ceará, os Estados que serão beneficiados - é a favor.

## Houve uma diminuição no número de mortes no campo, mas aumentou o de pessoas expulsas por milícias, segundo o Caderno de Conflitos divulgado pela CPT.

**Dom Xavier Gilles.** Muitas vezes os "fazendeiros" fazem justiça com as próprias mãos, por meio de jagunços e com a ajuda da Polícia Militar. Não tenha a menor dúvida que há uma aliança corporativista em torno dessa questão. Uma aliança de classe: juízes, ruralistas, políticos.

## Há uma onda conservadora dentro da Igreja Católica. O próprio papa Bento XVI é conservador, como foi João Paulo II. Esse papel de resistência na Igreja ficou restrito a pessoas como o senhor, dom Pedro Casaldáliga, dom Marcelo Carvalheira e dom Tomás Balduino?

**Dom Xavier Gilles.** A grande questão da Igreja é a maneira de ser discípulo do Senhor Jesus Cristo. Não conseguimos a unidade. Dentro desta grande igreja, há divisões quanto ao seguimento dos ensinamentos de Jesus. Para uns, há o reconhecimento de Jesus como salvador e a liturgia. Para outros, Jesus foi preso e morto por causa da injustiça. O "amai-vos uns aos outros" de Jesus levava ao que diz a Bíblia: "Estava com fome, me deste de comer. Estava sem terra, me deste terra". Mas é certo que há movimentos dentro da Igreja. Para alguns, basta o louvor. Para outros, não há seguimento de Jesus se não houver o combate à injustiça. Paulo VI disse que o combate pela paz passa pelo combate pela justiça. É uma questão complicada.

## 2 O senhor esperava, com o governo Lula, uma reforma agrária mais ampla?

**Dom Xavier Gilles.** Não tem reforma agrária nenhuma.

## O senhor votou em Lula?

**Dom Xavier Gilles.** Votei e votaria de novo. Mas ele entrou em uma aliança impossível que não deixou que se fizesse o que se esperava. Lula, para ficar no governo, se aliou a gente de todo jeito. Conseqüentemente, não se conseguiu uma reforma agrária. O desmatamento continua, com o gado, o eucalipto e um desrespeito profundo a todas as pessoas da terra: índios, quebradeiras de coco, posseiros, quilombolas, ribeirinhos. Não há vontade. É claro que Lula fez muito pelos pobres. O povo come mais. Há povoados que vivem da Bolsa-Família e da aposentadoria dos velhos. Mas é necessário os movimentos populares e todas as pessoas de boa vontade pressionarem e elegerem um Congresso que um dia queira realizar uma verdadeira reforma agrária.

## O preço dos alimentos está aumentando no mundo inteiro. O governo faz propaganda forte aqui e lá fora do seu biocombustível. Como o senhor vê essa "obsessão" do governo Lula pelo etanol?

**Dom Xavier Gilles.** É uma ameaça. Tal qual como é feita a monocultura, seja a cana, o gado ou o eucalipto, desse jeito, é um problema. Eles dizem que estão criando gado no sul do Maranhão, do Pará ou do Amazonas e que não estão devastando a Amazônia. Mas para esse gado chegar ao sul, para onde vai o desmatamento? Para conseguir álcool há queimadas. Sem falar que a grande maioria dos trabalhadores escravos está nas grandes fazendas de cana-de-açúcar. Retirar o direito de propriedade das fazendas onde se encontra escravos? Nunca! A lista negra para a venda de álcool para as distribuidoras? Nunca! Por causa do Congresso,

# Carta aberta aos Governos sobre a Crise Alimentar Mundial

Em 2008 comemora-se o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Naquele ano também os Estados aprovaram o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que acabará definitivamente com a desequilibrada proteção dada a estes direitos.

O fracasso dos Estados e das organizações intergovernamentais em reduzir mesmo que seja um pouco o número de esfomeados crônicos no mundo, apesar dos repetidos compromissos assumidos, e a recente “rebelião da fome” expandida em dezenas de países do mundo, é uma clara demonstração de que o **Consenso de Washington**, a globalização dirigida pelo mercado e pelo agronegócio com monoculturas de uso intensivo de químicos, não são a resposta para os problemas da humanidade.

É inaceitável que 850 milhões de seres humanos ainda tenham que viver e dormir com fome. É inaceitável que dois bilhões de pessoas ainda vivam na pobreza extrema, ao passo que uma minoria de empresas e indivíduos milionários continuam impondo seus interesses privados sobre governos nacionais e organizações intergovernamentais, sem nenhuma regulação pública e participativa efetiva dos mesmos. Esta realidade demonstra flagrantes e sistemáticas violações ao Direito à Alimentação, assim como garantido nos padrões internacionais de Direitos Humanos.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil alertaram reiteradamente os Estados e organizações intergovernamentais para os impactos que poderão advir da redução da capacidade de governos nacionais de regular suas políticas agrícolas e de segurança alimentar, de apoiar a agricultura local, de regular o dumping nos alimentos, de manter reservas de alimentos, etc. Em vários países, mesmo naqueles que mais sofreram com processos coloniais, foram impostas medidas neste sentido através de processos

de ajuste estrutural, renegociação da dívida, tratados de liberalização do comércio e mais recentemente, estratégias de redução da pobreza.

Apesar destes alertas, os agronegócios continuam fluindo nos governos e organizações intergovernamentais. A crescente apropriação dos recursos das terras cultiváveis distribuídos desigualmente resulta em deslocamento da população tradicional e de camponeses, em mais desalojamentos violentos, em mais criminalização de movimentos sociais e defensores dos Direitos Humanos, na destruição da produção local e diversificação de alimentos, em maior dependência de importações de alimentos e em mais fome e desnutrição.

Os mais recentes incentivos à produção de agrocombustíveis só se somam aos problemas originais. É somente a prescrição de “mais do mesmo”, isto é, propor a prevenção de futuras complicações da mudança climática com mais do atual modelo agrícola, que é um dos principais causadores de emissões de gases de efeito estufa, e de fome, desalojamentos, escravidão, trabalho infantil e precário, entre outras violações de Direitos Humanos.

Os **Estados e organizações intergovernamentais e oficiais** são responsáveis e devem dar contas por suas ações e omissões perante a sua população. A atual situação demonstra que a vontade política dos Estados prioriza claramente os interesses das minorias em vez do bem-estar de considerável parte da população mundial. Estas prioridades devem ser revertidas.

A **FIAN Internacional**, organização de Direitos Humanos pelo Direito Humano à Alimentação Adequada, faz um apelo aos **Estados e organizações intergovernamentais**, inclusive às instituições de **Bretton Woods**, a:

1. Cumprir com suas obrigações para com a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e a lei internacional dos Direitos Humanos, tomando ações urgentes para regular a atual expansão do processo de liberalização da agrícola dirigida pelo mercado, e respeitar, proteger e garantir os direitos das pessoas, com especial atenção à promoção do direito humano à alimentação, inclusive ao acesso aos recursos produtivos, dentro do marco da soberania alimentar.
2. Tomar medidas imediatas para apoiar os governos nacionais para garantir que as vítimas de fome aguda e crônica sejam ajudadas e apoiadas na sua busca pela sobrevivência e recuperar sua capacidade de produzir ou adquirir seus alimentos ou meios necessários para se alimentar com dignidade. Isto deve converter-se em prioridade a nível internacional e nacional com a destinação de recursos adequados.
3. Assegurar a coerência de todas as políticas nacionais e internacionais relacionadas à alimentação com as obrigações para com o direito à alimentação. Em particular, políticas de agricultura e pesca, comércio e investimentos, desenvolvimento e energia, deveriam contribuir para promover e nunca reprimir a realização plena do direito à alimentação.
4. Garantir que a **FAO** inclua a proteção e promoção dos Direitos Humanos, dentro do processo de reforma da **FAO**, como marco para as metas globais e objetivos estratégicos sob revisão, de acordo com aquilo que seus Estados membros aprovaram nas **Diretrizes sobre o Direito à Alimentação Adequada**.
5. Impor uma moratória imediata às metas de produção de agrocombustíveis a fim de evitar um futuro agravamento da atual crise alimentar.
6. Impor uma moratória imediata ao saque e desalojamento de terras e sua expansão para o agronegócio.
7. Implementar imediatamente medidas para apoiar plenamente, em nível global, pequenos produtores e camponeses, que se dedicam à produção diversificada, sustentável e agroecológica de alimentos.
8. Garantir que a discussão de alternativas para a mudança climática se desenvolva num processo plenamente participativo em todos os níveis, e que as alternativas tomadas levem em conta o princípio da precaução e a necessidade de incluir efetiva, social e economicamente os mais excluídos e empobrecidos.

Heidelberg, 17 de abril de 2008.



# Seminário discute economia solidária e agroenergia

**Encontro realizado em Maringá (PR) reúne agricultores familiares, assentados da reforma agrária, professores, estudantes e técnicos para discutir a expansão dos biocombustíveis no Brasil. Agricultores reunidos em cooperativas apresentam iniciativas de autogestão dos trabalhadores.**

## **Trechos de artigo de Maurício Thuswohl**

MARINGÁ – (...) Com o objetivo de discutir uma proposta de produção agroenergética e apresentar iniciativas de autogestão dos trabalhadores, foi realizado na quinta-feira (8) em Maringá (PR) o seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia. O evento foi organizado através de uma parceria entre a Unitrabalho, a Universidade Estadual de Maringá e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge), e contou com a participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, professores, estudantes e técnicos. (...)

Para Ulisses Kaniak, presidente do Senge, é fundamental fazer com que os agricultores familiares tenham maior conhecimento sobre a expansão da produção de biocombustíveis no Brasil: “Fala-se muito em bioenergia e biocombustíveis, mas o enfoque que se dá na grande mídia é pautado pelo interesse do agronegócio e voltado para as grandes culturas. É importante ter iniciativas vindas da agricultura familiar e dos camponeses, que sabem tratar a terra de forma a produzir alimentos e energia sem destruí-la. É preciso fazer esse debate em nível nacional, para que esse tipo de iniciativa seja mais comum, um começo rumo ao desenvolvimento sustentável e sustentado”.

## **Combate ao agronegócio**

Após explicar que o MST prefere adotar o termo agrocombustível ao termo biocombustível, João Pedro Stédile saudou o evento e pregou a necessidade de se ampliar a discussão para todos os trabalhadores rurais do país: “Esse seminário certamente vai representar um marco, uma referência, para que outras regiões e outros estados do

Brasil possam se animar a organizar esse tipo de debate e esse tipo de iniciativa em suas regiões.

Estamos reunindo teoria e prática, numa reflexão para entender o que está acontecendo de verdade e qual é o projeto dos capitalistas, mas também queremos uma alternativa prática que possa ficar sobre o controle da classe trabalhadora brasileira, seja do campo ou da cidade”.

Segundo Stédile, a elaboração coletiva e a aliança com outros setores serão fundamentais para fazer com que a expansão da agroenergia no Brasil não sirva, como em outros momentos da história, apenas para aumentar o po-

der do agronegócio: “Esse projeto só pode ser viabilizado se nós conseguirmos construir uma ampla aliança popular das várias forças políticas que representam a vontade do povo.

Aliança que mescla o conhecimento dos trabalhadores, o conhecimento científico das inovações trazido pela universidade e os setores progressistas dos nossos governos, sejam os municipais, os estaduais ou o federal.

Organizar os camponeses e as classes operárias nas cidades é o único caminho possível para se construir um caminho alternativo ao dos capitalistas e viabilizar nossa proposta de agroenergia”, disse o dirigente do MST.

## **Os cinco principais motivos que explicam a alta do preço dos alimentos, segundo a FAO**



O secretário-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), **Jacques Diouf**, destacou que o preço dos alimentos vai continuar alto “no curto prazo”, por ter raízes complexas, relacionadas a fatores como mudança climática, aumento de consumo nos países pobres e os biocombustíveis.

- 1) Impacto de mudanças climáticas**, com seca na Austrália e no Cazaquistão, inundações na Índia, em Bangladesh e no sul da África, frio rigoroso no interior da China, furacões na América Central e no Caribe.
- 2) Custo dos insumos agrícolas**, como sementes e fertilizantes, setor dominado por um oligopólio mundial de empresas e que recebe impacto do aumento do barril do petróleo. “O problema dos preços dos insumos me parece hoje um dos problemas mais fundamentais. Os fertilizantes aumentaram 59% no ano passado”, analisou.
- 3) Consumo maior de alimentos em países em desenvolvimento**, como China e Índia, onde a dieta tradicional de grãos e cereais foi acrescentada de carne e leite. “Para um quilo de carne de boi, são necessários de sete a oito quilos de grãos.”
- 4) Uso de grãos, como o milho, na produção de biocombustíveis.** “No ano passado, 100 milhões de toneladas de grãos foram usadas para biocombustíveis, com subsídios em alguns países”, disse.
- 5) A especulação financeira em Bolsas de mercados futuros**, onde são definidos os preços das commodities agrícolas. “Os fundos especulativos existem, mas estão lucrando com a oportunidade. Se não houvesse essa oportunidade, os fundos especulativos não ganhariam o que estão tendo agora.” [A notícia é da **Folha de S.Paulo**, 19-04-2008.]

# Rede Mandioca é discutida em Seminário

**Produtores de mandioca estão articulados em rede.**

**Importância da cultura da mandioca no Maranhão em pauta**

Articular em forma de rede grupos produtivos de todo o Estado em torno da cultura da mandioca buscando aprimoramento no campo da produção, beneficiamento e comercialização dos subprodutos da mandioca, cultivando os princípios da agroecologia e da economia popular solidária, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras da mandioca.

Este foi o principal objetivo da constituição da Rede Mandioca no Estado do Maranhão, em seminário nos dias 11 e 12 de abril, em Vargem Grande/MA, articulado pela Cáritas Brasileira Regional Maranhão, entidade com reconhecido trabalho na região.

“Dar visibilidade para essa cultura, predominante no meio rural, que faz parte da cultura alimentar dos maranhenses, desencadeando, a partir daí, políticas públicas de crédito, assistência técnica e extensão rural e pesquisa apropriadas. É este o grande trabalho que a Cáritas tem feito”, afirma Ricar-

te Almeida Santos, Assessor Técnico da Cáritas Brasileira Regional Maranhão.

## **Rede mandioca**

A idéia da Rede Mandioca surgiu em 2004, em um encontro de planejamento da entidade. Baseia-se em outras experiências de rede bem-sucedidas da economia popular solidária, a exemplo da Rede Abelha (em estados nordestinos) e as redes de Sementes e a Justa Trama, alicerçadas na construção de processos produtivos, desde a organização da produção até o consumidor final.

Para o Assessor Técnico da Cáritas Brasileira Regional Maranhão, Jaime Conrado de Oliveira, “a constituição da rede favorece as comunidades e organizações rurais, fazendo com que as mesmas busquem se articular para ter acesso às informações, tecnologias e políticas necessárias para melhorar todo o seu sistema produtivo, desde a semente até o consumidor final. Outra perspectiva é o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os produtores. Uma política pública que leve em consideração a importância histórica e alimentar que a mandioca tem na mesa dos maranhenses se faz urgente”.

Já cultivada pelos índios à época do descobrimento, a mandioca é cultura



das mais antigas e tradicionais do Brasil, sendo hoje em dia explorada em todo o seu território e em outros países de clima tropical e subtropical.

A importância econômica da cultura da mandioca está na produção de raízes tuberosas e feculentas, que representa valioso alimento humano e para animais, além de possuir também aplicação industrial (produção de álcool).

O Brasil ocupa a segunda posição no ranking da produção mundial de mandioca (12,7%). A região Nordeste tem participação de 34,7% na produção nacional, com rendimento médio de 10,6t/ha. A produção de mandioca no Maranhão é de 1.145,267t e ocupa uma área de 151.177ha, com rendimento médio de 7.576kg/ha.

O crescimento na área plantada, entre 1996 e 2002 foi de 40,6%. A mandioca, atualmente, integra com 50% a base alimentar da população do Maranhão.



## **Campanha pede o confisco das terras de escravagistas e sua destinação para a reforma agrária**

**O Movimento Nacional pela Aprovação da PEC do Trabalho Escravo conclama as entidades civis e cidadãos brasileiros a se somarem à luta pela aprovação da lei que dá direito ao Estado confiscar as terras dos escravagistas, que está empacada no Congresso, por causa da bancada ruralista.**

Há 13 anos tramita no Congresso uma proposta de emenda constitucional que prevê o confisco das terras de escravagistas e sua destinação para a reforma agrária.

No dia 12 de março, entidades que atuam na luta contra o trabalho escravo realizaram, em Brasília, fizeram uma mobilização envolvendo cerca de

mil pessoas, seguida de um abraço simbólico ao prédio do Congresso para tentar pressionar os parlamentares.

Deputados e senadores da bancada ruralista têm atrapalhado o andamento do processo e a dificuldade para vencer essa oposição é grande.

Recentemente, consideraram o projeto (PEC 438/2001) como a quarta proposta legislativa na lista das que mais podem trazer danos ao agronegócio.

O Movimento Nacional pela Aprovação da PEC do Trabalho Escravo começou um abaixo-assinado para pressionar o parlamento e fazer a proposta andar. Ele já estava circulando em papel e agora há uma versão eletrônica. A intenção é atingir um milhão e en-



**Brazlândia (DF) - Agostinho Reis, morador de assentamento.**

tregar à Câmara dos Deputados como forma de pressão. Consulte <http://www.reporterbrasil.org.br/abaixo-assinado.php>.

**Agência Petroleira de Notícias, ([www.apn.org.br](http://www.apn.org.br))**

## Balcão de Vendas

Nesta seção de nossa Circular, indicamos os produtos para os quais o Setor de Apoio à Comercialização da Capina recebeu solicitação. Portanto, se sua organização já tem ou pode dispor desses produtos, entre em contato com o [ciro@capina.org.br](mailto:ciro@capina.org.br) ou [manoel@capina.org.br](mailto:manoel@capina.org.br) ou ainda pelo telefone (21) 2220-4580 e fale com *Ciro Frossard* ou *Manoel Belford*.

Aveia Orgânica

Banha de Bacabá

Castanha de Caju Torrada

Farelo de Andiroba

Grãos orgânicos

Laranja

Manteiga de Bacabá

Manteiga de Ucuuba

Óleo de Abacate

Óleo de Buriti

Óleo Essencial de Pripioca

Óleo de Patauá

Óleo de Semente de Maracujá

Seiva de Jatobá

Semente de Puxuri

## INFORMES

## PUBLICAÇÕES

# "Transgênicos: As sementes do mal"

## Livro denuncia impactos dos OGM



Agência Chasque, 14-04-2008

Um agricultor alemão plantou em sua propriedade o milho **BT 176**, da empresa **Syngenta**. Depois de tratar os seus animais com o milho transgênico, eles morreram. Essa é uma das diversas denúncias que os escritores **Antônio Andrioli** e **Richard Fuchs** trazem no livro **Transgênicos: As sementes do mal - A silenciosa contaminação de solos e alimentos**. Através de uma coletânea de textos, os autores abordam os impactos sociais, econômicos e ambientais do cultivo de alimentos transgênicos.

**Antônio Andrioli** é pós-doutorando no *Instituto de Sociologia da Universidade Johannes-Kepler* de Linz, na Áustria. Ele relata a aversão que países europeus têm sobre os produtos transgênicos. "A grande polêmica na Alemanha é com o milho transgênico da **Monsanto**, MON 810, que é o mesmo milho que foi aprovado no Brasil re-

centemente. Esse milho está sendo proibido em oito países da Europa. Temos uma proibição do cultivo desse milho na França, na Itália, na Áustria, na Suíça, na Polônia, na Grécia e na Romênia.

Antonio alerta para a falta de conhecimento da população acerca do alimento transgênico e a incapacidade do governo em decidir sobre a soberania alimentar do Brasil. "Infelizmente, no Brasil, nós não temos praticamente nenhum debate sobre esse tema. Temos uma aprovação por parte de uma comissão assim chamada técnica de biossegurança (**CTNBio**), que não tem competência nessa área porque a maioria dos profissionais que estão ali como cientistas não são especialistas em biossegurança, e sim, propagandeiros da biotecnologia.

Nós não temos representatividade da sociedade civil nessa comissão que se coloca acima, inclusive, da Constituição Federal. Para **Antonio**, o Brasil

fez uma clara opção pelo agronegócio e à política de apoio às exportações, ao cultivar o milho transgênico para a produção de bioetanol. (...)

No Brasil, três mil exemplares do livro estão sendo distribuídos gratuitamente para universidades, centros de pesquisas e movimentos sociais. Também estão à venda pela Editora Expressão Popular no endereço de Internet [www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

## Circular RECOPA

Edição, distribuição e correspondência:

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa  
Rua Evaristo da Veiga, 16 Grupo 1601 - Centro - 20031-040 • Rio de Janeiro • RJ  
Tel.: (21) 2220-4580 • Fax: (21) 2220-1616  
e-mail: [capina@capina.org.br](mailto:capina@capina.org.br) • [www.capina.org.br](http://www.capina.org.br)

Impressão

GraVida - Gráfica e Editora  
Rua Caçilda, 1535. Coelho da Rocha,  
São João de Meriti. RJ. Cep 25.550-150.  
Tel.: 2655-7421 • e-mail: [gra\\_vidagraficaeditora@yahoo.com.br](mailto:gra_vidagraficaeditora@yahoo.com.br)

Tiragem: 1.000 exemplares

## IMPRESSO